

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

1 Muitas pessoas entendem sustentabilidade apenas como um termo que designa os impactos das questões ambientais sobre os negócios, como, por exemplo, a diminuição das poluições e emissões de gases nocivos pelas empresas. Entretanto, deve-se pensar a sustentabilidade como um modo de vida, o que torna seu significado muito mais amplo e abrange outras 4 questões, como a mudança de comportamento dos cidadãos e gestores nas cidades e novos planos de ação para uma melhor qualidade de vida da humanidade.

Na realidade atual, o conceito de sustentabilidade está cada vez mais presente nas conferências nacionais e 7 internacionais em face dos diversos problemas enfrentados globalmente, como mudanças climáticas, poluições de grandes centros urbanos, desigualdade, pobreza, entre tantos outros, e a principal indagação centra-se em como a sustentabilidade urbana pode ser transformada em um elo de integração entre os diversos atores da sociedade para o alcance de um objetivo 10 em comum: a melhoria das condições de vida e a preservação do meio ambiente.

O modelo de desenvolvimento sustentável tem como objetivo reverter os danos à natureza gerados pelos seres humanos ao longo dos anos e, a partir disso, conduzir a existência humana e dos demais seres vivos de uma maneira mais ecológica, que 13 contraponha a lógica de maximização dos lucros e consumismo. Desse modo, o conceito de sustentabilidade remete diretamente à vida moderna e ao meio urbano, já que os problemas têm origem justamente na má administração dos recursos escassos presentes na natureza em face dos desejos ilimitados dos seres humanos.

16 Em sentido amplo, a cidade pode ser entendida como um ecossistema, uma unidade ambiental dentro da qual todos os elementos e processos do ambiente são inter-relacionados e interdependentes, de modo que uma mudança em um deles resultará em alterações em outros componentes. Um exemplo de uma pequena ação de impacto positivo no meio ambiente é 19 a coleta seletiva de lixo, que, a partir da reutilização de recursos naturais, tanto orgânicos quanto recicláveis, contribui para a redução da quantidade de lixo acumulada e favorece a geração de novos empregos.

Um dos maiores entraves até o momento para a integração de todos os atores em torno de ações sustentáveis tem sido 22 a falta de conscientização acerca da necessidade da participação de todos os segmentos da sociedade na resolução dos problemas complexos que afetam o meio urbano.

Segundo o professor em gestão urbana e habitacional da Universidade de São Paulo, Alex Kenya Abiko, a ciência tem um 25 papel fundamental na conscientização das instituições políticas em relação aos problemas enfrentados nas cidades, seja elaborando diagnósticos precisos, seja gerando informações e propondo políticas eficientes, inclusivas e compatíveis com os recursos financeiros, tecnológicos e naturais existentes. No Brasil, entretanto, ainda segundo o especialista, a distância entre a 28 academia e os gestores públicos é grande, o que não contribui para a adoção de novas tecnologias urbanas eficientes e de custo adequado.

Como se pode perceber, o caminho rumo a um modelo de desenvolvimento urbano sustentável não é único, mas 31 resultado de múltiplas ideias inovadoras de vários atores agindo em conjunto para o alcance de objetivos comuns e sistêmicos e, para que isso ocorra, é necessária a participação da sociedade, com ações integradas entre governo, sociedade civil e empresas, a fim de transformar o mundo, com base em uma matriz de intercâmbio justa, com equidade acessível e saudável.

Internet: <<https://sociedadeglobal.org.br>> (com adaptações).

Considerando o texto e seus aspectos linguísticos, julgue os itens de 1 a 5.

- 1 No texto, que se caracteriza como dissertativo, argumenta-se em favor de um esforço conjunto de todos os segmentos da sociedade em prol da implantação de um modelo de desenvolvimento urbano sustentável.
- 2 Entende-se da leitura do texto que a descrença dos gestores públicos brasileiros na ciência é um entrave para a consecução de um projeto de sustentabilidade urbana.
- 3 Na linha 11, o emprego do acento indicativo de crase em “à natureza” justifica-se pela regência do verbo “reverter” e pela anteposição de artigo definido ao substantivo “natureza”.
- 4 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso a vírgula empregada após o termo “urbano” (linha 14) fosse substituída por ponto final, feito o devido ajuste de minúscula/maiúscula na letra inicial do vocábulo que introduz o novo período.
- 5 A oração “para que isso ocorra” (linha 32) subordina-se à oração subsequente e expressa circunstância de finalidade.

Quanto à correção gramatical e à coerência das substituições propostas para vocábulos e trechos destacados do texto, julgue os itens de 6 a 8.

- 6 “têm origem justamente na” (linha 14) por **advêm justamente da**
- 7 “dentro da qual” (linha 16) por **de onde**
- 8 “o que não contribui para” (linha 28) por **o que dificulta**

Julgue os itens 9 e 10 no que se refere à correção gramatical dos trechos apresentados e à adequação da linguagem à correspondência oficial.

- 9 Informamos aos senhores, de que o grupo de estudos formado para discutir o Projeto de Sustentabilidade Urbana que se reuniria no dia 14 de abril de 2020, com tudo, por motivos de força maior, a reunião foi adiada por prazo indeterminado.
- 10 Em atenção à sua solicitação, encaminhamos, em anexo, a programação do ciclo de palestras Desafios do Desenvolvimento Urbano Sustentável, ao mesmo tempo em que reiteramos a importância do tema para os trabalhos desenvolvidos neste Instituto.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas das mãos esquerdas; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Julgue os itens de 11 a 14, relativos aos modos de utilização de tecnologias e ao programa PowerPoint 2013.

- 11 O CMOS (*Complementary Metal Oxide Semiconductor*) é uma tecnologia recente que consiste em um *chip* que reproduz as funções de um microprocessador. Contudo, essa tecnologia gera um alto consumo de energia.
- 12 A memória virtual é uma técnica que permite expandir, de modo definitivo, a capacidade de armazenamento da memória RAM do computador.
- 13 Ao clicar o botão , localizado na barra de ferramentas de acesso rápido do PowerPoint 2013, o usuário somente poderá iniciar a apresentação a partir do *slide* atual.
- 14 Quando o PowerPoint 2013 é aberto (Apresentação em Branco), o *slide* exibido mostra dois espaços formatados, um para adicionar um título e o outro para adicionar um subtítulo.

Acerca do programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais recente, e dos conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos e programas, julgue os itens de 15 a 18.

- 15 O código de erro ERR_NAME_NOT_RESOLVED, que aparece no Google Chrome ao se tentar carregar uma página, informa que o endereço da *web* não existe.
- 16 O Chrome permite definir uma página *web* para ser a página de inicialização. Todavia, não é possível definir um conjunto de páginas, já que esse recurso tem como característica a singularidade.
- 17 No Windows 10, é permitido fazer uso de um aplicativo para compartilhar arquivos diretamente do Explorador de Arquivos.
- 18 Desde que se utilize o programa correto, um arquivo PDF poderá ser dividido em dois ou mais arquivos PDF.

Com relação à palavra MAGALI, julgue os itens de **19 a 24**.

- 19** Existem 720 anagramas.
- 20** 20% dos anagramas têm as vogais juntas.
- 21** Sorteando-se ao acaso um anagrama, a probabilidade de ele começar com a letra A é de $\frac{1}{3}$.
- 22** As vogais e as consoantes estão alternadas em 36 anagramas.
- 23** O número de anagramas que começam com uma consoante é menor que o número de diagonais de um icoságono (polígono de 20 lados).
- 24** Exatamente 6 anagramas contêm a sequência MAG.

Considerando acontecimentos que bem caracterizam o Brasil e o mundo na atualidade, além de aspectos significativos que inserem Canaã dos Carajás na realidade paraense e brasileira, julgue os itens de **25 a 30**.

- 25** A globalização é um fenômeno que, para além da economia, envolve a política, a sociedade e a cultura mundiais, sendo caracterizada, entre outros aspectos, pela ampla circulação de mercadorias, bens, serviços e ideias.
- 26** Nos dias de hoje, pelo mundo afora, vê-se o aprofundamento dos ideais democráticos, não havendo espaço para a defesa de princípios ideológicos radicais assentados no nacionalismo extremado, na intolerância e nas mais diversas formas de preconceito.
- 27** Durante o regime militar instaurado em 1964, o projeto de Brasil Grande enfatizou a necessidade de se promover o desenvolvimento da Região Norte, incorporando-a efetivamente ao conjunto do País, sendo o Pará uma das áreas estrategicamente escolhidas para receber os mais diversos investimentos.
- 28** Canaã dos Carajás jamais esteve vinculado ao Projeto Grande Carajás do regime militar, provavelmente pelo desconhecimento, à época, de suas potencialidades minerais.
- 29** Canaã dos Carajás nasceu de um assentamento agrícola, implantado pelo Governo Federal, a partir de 1982, pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT). A área, ocupada por mais de mil e quinhentas famílias, ficou conhecida como Centro de Desenvolvimento Regional II (CEDERE II).
- 30** O rápido esgotamento das jazidas, sobretudo de cobre, faz da agricultura, na atualidade, o sustentáculo da economia de Canaã dos Carajás, secundada pela pecuária leiteira.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Julgue os itens de **31 a 35** a respeito da organização do estado na Constituição Federal de 1988.

- 31** Os Territórios Federais são entes federativos autônomos.
- 32** O desmembramento de estado para anexação a outro depende de aprovação da população residente na parcela que se pretende desmembrar.
- 33** Os entes federativos, ainda que não possam estabelecer cultos ou religiões oficiais, podem com eles estabelecer cooperações para a consecução de fins de interesse público.
- 34** À falta de normas editadas pela União no exercício de competência privativa, caberá aos estados regular a matéria.
- 35** A superveniência de normas gerais editadas pela União no exercício de competência concorrente com os estados suspenderá a legislação específica por estes editada naquilo em que ela for contrariada.

Com base na Lei Orgânica do município de Canaã dos Carajás, julgue os itens de **36 a 40**.

- 36** Cabe ao prefeito municipal, presentes razões de interesse público, transferir temporariamente a capital do município para fora de seus limites territoriais.
- 37** O prefeito municipal, mediante autorização da Câmara Municipal, poderá expedir título de arrendamento para uso do solo urbano nas sedes do município e dos distritos.

- 38** O arrendatário de solo urbano na sede do município fica compelido à sua utilização, sob pena de cassação do arrendamento.
- 39** O recolhimento de taxa de transferência em razão de arrendamento de solo na sede do município é transmissível aos herdeiros do arrendatário original.
- 40** Os agentes distritais administradores dos distritos municipais serão indicados pelo prefeito municipal e referendados pela Câmara Municipal.

No que concerne ao plano diretor do município de Canaã dos Carajás, julgue os itens de **41 a 45**.

- 41** Qualquer pessoa do povo tem prerrogativa para fiscalizar o regular cumprimento do plano diretor municipal.
- 42** A responsabilidade por multa por infração ao plano diretor é solidária entre proprietário, possuidor e aquele que concorrer para a prática do ato ou dele se beneficiar.
- 43** A constatação de irregularidade impõe à Administração a cientificação do Ministério Público e dos órgãos públicos de controle competentes.
- 44** A proposta de regularização de parcelamento poderá ser requerida pelo parcelador, acompanhada de laudo técnico.
- 45** A regularização de parcelamento também poderá ocorrer de ofício pela Administração, hipótese em que estará dispensado o laudo técnico.

No que se refere à ética na função pública, julgue os itens de **46 a 50**.

46 Diferentemente das regras, que enunciam condutas de forma clara e objetiva, os princípios veiculam mandamentos de otimização, isto é, objetivos a serem perseguidos e cujo atingimento observa diferentes níveis de gradação.

47 A Constituição Federal de 1988 atribuiu maior densidade ao conceito de cidadania, conferindo à população diferentes mecanismos de controle social e de responsabilização (*accountability*) dos agentes públicos.

48 A cidadania transcende o mero exercício dos direitos políticos, estabelecendo verdadeiro poder-dever da população de influenciar nas políticas públicas.

49 Valores, enquanto paradigmas de aferição da correção ou da incorreção de uma conduta, comportam definição clara e objetiva, missão conferida à ética.

50 A virtude é uma condição inata. Parte considerável do juízo moral do indivíduo, é forjada inclusive geneticamente, observando antepassados e critérios biológicos.

De acordo com a Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os itens de **51 a 55**.

51 O princípio da probidade guarda relação íntima com outros princípios, como o da eficiência, de modo que a inabilidade, ainda que sem má-fé, é capaz de configurar conduta ímproba.

52 De modo a alcançar o máximo possível de condutas potencialmente ilícitas, que sempre evoluem e mudam, a Lei de Improbidade Administrativa adotou tipos abertos em rol meramente exemplificativo, aplicando-se, isolada ou conjuntamente, tanto a agentes públicos quanto a agentes privados.

53 Não apenas os agentes públicos, mas também os agentes privados, detentores de parcela de responsabilidade social, desempenham um papel cada vez mais ativo na inibição e na prevenção de ilícitos no trato com a Administração, sendo exemplo disso as políticas de conformidade.

54 No caso de enriquecimento ilícito, os bens ou valores ilegalmente auferidos pelo agente ímprobo reverterão em favor do ente político a que vinculada a pessoa ou o órgão desfalcado.

55 Enriquecimento ilícito pressupõe necessariamente lesão ao erário.

Segundo a Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), julgue os itens de **56 a 60**.

56 A Lei de Acesso à Informação não alcança as concessionárias de serviços públicos de personalidade jurídica de direito privado.

57 As organizações sociais submetem-se à Lei de Acesso à informação no que diz respeito aos recursos diretos ou indiretos recebidos do Poder Público.

58 Os presidentes dos três Poderes possuem competência para a classificação de informação em seu nível máximo de sigilo, o grau ultrassecreto.

59 Para fins disciplinares aplicáveis aos servidores públicos civis federais, a infração à Lei de Acesso à Informação deverá receber, como sanção, no mínimo, a penalidade de suspensão.

60 Dada a independência entre as esferas de responsabilização, a infração às disposições da Lei de Acesso à Informação poderá, sem prejuízo de apenações nas searas diversas, configurar ainda ato de improbidade administrativa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito da elaboração de projetos de arquitetura, julgue os itens de **61 a 63**.

- 61** São etapas obrigatórias de execução da atividade técnica do projeto de arquitetura (incluindo as respectivas siglas), entre outras: o levantamento de dados para arquitetura (LV-ARQ); o estudo preliminar de arquitetura (EP-ARQ); e o projeto básico de arquitetura (PB-ARQ).
- 62** Fotografias podem ser consideradas como uma informação técnica no processo de elaboração e desenvolvimento do projeto arquitetônico e podem compor a documentação técnica.
- 63** No processo de avaliação técnica, a aceitação dos documentos técnicos elaborados para o projeto arquitetônico independe da avaliação das demais atividades técnicas específicas.

Acerca da utilização do *software* AutoCAD na elaboração de um projeto arquitetônico, julgue os itens **64 e 65**.

- 64** É possível abrir/importar uma imagem no formato JPEG para utilizá-la como auxílio no desenvolvimento de um projeto de arquitetura, usando o comando *open*, localizado na parte superior esquerda da barra de ferramentas do AutoCAD.
- 65** Por meio de uma aba criada no *Paper Space* (modo de impressão), é possível criar uma *viewport* e, por meio dela, visualizar e modificar um desenho elaborado no *Model Space* (espaço de modelação) ou outra aba criada no *Paper Space*.

Com relação aos projetos complementares em edificações, julgue os itens **66 e 67**.

- 66** Para projetos de instalações hidrossanitárias, os reservatórios destinados à água potável devem preservar o padrão de potabilidade, não transmitindo gosto, cor ou qualquer outra característica natural da água, devendo ser um recipiente estanque que possua tampa ou porta de acesso transparente ou translúcida, firmemente presa e vedada.
- 67** É princípio fundamental do projeto de instalações elétricas de baixa tensão prover o seccionamento da alimentação da instalação elétrica, de seus circuitos e de seus equipamentos, permitindo a manutenção, a verificação e a localização de defeitos e reparos.

Considerando o acompanhamento e a fiscalização de obras e a implantação de seus respectivos projetos urbanísticos e arquitetônicos, julgue os itens **68 e 69**.

- 68** Após a aprovação de um cronograma físico-financeiro, este deverá seguir sua versão inicial sem alterações, sob risco de prática de improbidade administrativa.
- 69** Aditivos contratuais configuram crime de responsabilidade administrativa quando buscam contemplar alterações de projeto ou no cronograma físico-financeiro inicialmente aprovado para a execução de obras públicas.

De acordo com a Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens **70 e 71**.

- 70** O projeto básico de que trata a Lei se refere ao estudo preliminar, de forma que, com o projeto executivo desenvolvido e concluído, seja objeto de referência para a elaboração adequada do “orçamento detalhado do custo global da obra”.
- 71** A referida Lei estabelece o tratamento diferenciado às diversas empresas contratadas, dando favorecimento às microempresas e às empresas de pequeno porte, em detrimento das empresas de grande porte.

No que se refere à acessibilidade de pessoas com deficiência, prevista na NBR 9050, julgue os itens de **72 a 74**.

- 72** É correto afirmar que o conceito de desenho universal vai de encontro ao conceito de acessibilidade, ainda que cada termo trate, com especificidade, dos assuntos (em comum) que compõem a mesma área de estudo.
- 73** O módulo de referência de que trata a NBR 9050 tem dimensões de 1,20 x 0,80 m. Apesar de essa área se referir ao espaço determinado para a ocupação de uma cadeira de rodas (motorizada ou não), a largura mínima para a passagem de duas cadeiras de rodas com deslocamento em linha reta é de 1,50 m.
- 74** Os assentos para pessoas obesas devem ter profundidade entre 0,48 e 0,50 m (medida entre sua parte frontal e o ponto mais frontal do encosto tomado no eixo de simetria) e largura mínima de 0,75 m e devem suportar uma carga de, no mínimo, 230 kg.

Com base na Lei n.º 6.938/1981, julgue os itens **75** e **76** quanto ao licenciamento ambiental.

- 75** É necessário emitir licenciamento ambiental para a construção e(ou) intervenção no espaço físico de estabelecimentos que utilizem recursos ambientais potencialmente poluidores.
- 76** Licenciamento, registros e autorizações relacionadas à flora e à fauna são ações de competência exclusiva de órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

A respeito das outorgas para uso de recursos hídricos, julgue os itens **77** e **78**.

- 77** No primeiro artigo da Lei n.º 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e dá outras providências, um dos fundamentos apresentados é o de que a gestão dos recursos hídricos deve ser centralizada no Poder Público, especificamente por meio da Agência Nacional de Águas (ANA).
- 78** A cobrança pelo uso de recursos hídricos tem como uma de suas premissas promover o uso racional da água.

Acerca de áreas de preservação permanente e de áreas de proteção ambiental, julgue os itens **79** e **80**.

- 79** Entende-se por área de preservação permanente (APP) a área protegida, coberta exclusivamente por vegetação nativa, com a função de preservar seus recursos hídricos, sua paisagem e sua biodiversidade.
- 80** Podem ser consideradas como áreas de preservação permanente as áreas que formam faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias e as áreas que auxiliam a defesa do território nacional.

Segundo a Lei n.º 6.766/1979, julgue os itens **81** e **82**, relativos a parcelamento do solo.

- 81** O parcelamento do solo é regido pela Lei Federal n.º 6.766/1979, mas permite particularidades regionais/locais por meio de normas complementares.
- 82** A aprovação do projeto de loteamento e desmembramento compete ao Governo Federal, assim como a estipulação do prazo para sua execução, que deve ser obedecido, sob pena de caducidade da aprovação.

Conforme as Resoluções Conama n.º 237/1997 e n.º 1/1986, julgue os itens de **83** a **86**.

- 83** Por impacto ambiental regional entende-se todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente, no todo ou em parte, o território de dois ou mais municípios.
- 84** Compete ao Poder Público expedir as seguintes licenças, nesta sequência e com esta nomenclatura, segundo a Resolução Conama n.º 237/1997: licença prévia (LP); licença de instalação (LI); e licença de operação (LO).
- 85** Configura uma das atividades técnicas desenvolvidas pelo estudo de impacto ambiental a definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos envolvidos, incluindo-se equipamentos de controle e sistemas de tratamento de dejetos, que avaliem sua eficiência até o prazo de quatro anos.
- 86** São de responsabilidade do proponente do projeto as despesas e os custos relacionados ao estudo de impacto ambiental (coleta de dados, trabalhos e inspeções de campo, análises laboratoriais e outras), além do fornecimento obrigatório de, no mínimo, cinco cópias.

Quanto à representação gráfica do projeto de arquitetura, julgue os itens **87** e **88**.

- 87** É possível que existam deslocamentos do plano secante (onde necessário) e é possível, também, marcar os cortes transversais nos cortes longitudinais e vice-versa.
- 88** Os eixos do projeto constituem uma informação que deve ser representada nas plantas, nos cortes e nas fachadas.

Com base na Lei Federal n.º 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal de 1988 e dá outras providências, julgue os itens **89** e **90**.

- 89** Faz parte dos direitos e das obrigações do usuário receber do poder concedente (a União, o estado, o Distrito Federal ou o município) e da concessionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos.
- 90** São critérios de julgamento da licitação previstos na lei (a ser considerado apenas um): melhor proposta técnica (preço fixado no edital); melhor oferta de pagamento pela outorga após qualificação de propostas técnicas; e melhor proposta em razão da combinação dos critérios de maior oferta pela outorga da concessão com o de melhor técnica.

De acordo com a Lei n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e a Lei n.º 11.977/2009 (MCMV), julgue os itens de **91** a **93**.

- 91** A Lei n.º 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, define normas públicas e de interesse social que ajustam o uso da propriedade urbana e rural, visando ao bem coletivo, à segurança e ao bem-estar dos cidadãos, bem como ao equilíbrio social.
- 92** O proprietário urbano poderá conceder a outra pessoa o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou não, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis. O chamado “direito de superfície” envolve o direito de utilizar exclusivamente o solo ou o subsolo relativo ao terreno.
- 93** Foi criado pela Lei n.º 11.977/2009 o Comitê de Participação no Fundo Garantidor da Habitação Popular (CPFGHab), composto por representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério da Fazenda e da Casa Civil da Presidência da República.

Considerando a Lei Federal n.º 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, julgue os itens **94** e **95**.

- 94** Entende-se por concessão administrativa o contrato de prestação de serviços onde a Administração Pública é usuária direta ou indireta, mesmo envolvendo execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- 95** A contratação de seguro-garantia com companhias seguradoras controladas pelo Poder Público e a garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras também controladas pelo Poder Público são exemplos de garantias de cumprimento das obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada.

Quanto ao dimensionamento e à programação dos equipamentos públicos e comunitários, julgue o item **96**.

- 96** São considerados como equipamentos públicos comunitários as instalações e o mobiliário de uso público destinados à comunidade, tais como bancos, lixeiras localizadas em locais públicos, postes de iluminação, fontes d'água etc.

Conforme a Lei Federal n.º 13.465/2017 e o Decreto Federal n.º 9.310/2018, que dispõem sobre a regularização fundiária, julgue os itens **97** e **98**.

- 97** A ação de seleção de indivíduos e famílias candidatas a serem beneficiadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária será realizada por projeto de assentamento, respeitada a seguinte ordem de preferência na distribuição de lotes: (1) ao trabalhador rural vítima de trabalho em condição análoga à de escravo; (2) aos que trabalham no imóvel desapropriado como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários, identificados na vistoria; e (3) ao desapropriado, ficando-lhe assegurada a preferência para a parcela na qual se situe a sede do imóvel, hipótese em que esta será excluída da indenização devida pela desapropriação.
- 98** É permitida a regularização fundiária urbana (Reurb) em núcleos urbanos informais situados na faixa de fronteira estabelecida na Lei n.º 6.634/1979 e em áreas de interesse de defesa reconhecidas em ato do presidente da República.

Com relação ao orçamento de referência para licitações, julgue o item **99**.

- 99** Nas licitações do tipo “melhor técnica”, uma vez classificadas as propostas técnicas, proceder-se-á à abertura das propostas de preço dos licitantes que tenham atingido a valorização mínima estabelecida no instrumento convocatório e à negociação das condições propostas, com a proponente mais bem classificada, com base nos orçamentos detalhados apresentados e nos respectivos preços unitários e tendo como referência o limite representado pela proposta de menor preço entre os licitantes que obtiveram a valorização mínima.

No que diz respeito ao direito urbanístico no Brasil, julgue o item **100**.

- 100** São instrumentos urbanísticos que têm como objetivo promover a integração social e territorial da população menos favorecida, considerando, entre outros, o direito urbano desta população: o plano diretor; o IPTU progressivo; e o parcelamento e a edificação compulsórios.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

A deficiência faz parte da condição humana. Quase todos nós, em qualquer momento da nossa vida, vamos estar, temporária ou permanentemente, com algum tipo de deficiência. Temos de fazer mais para quebrar as barreiras que segregam as pessoas com deficiências e que, em muitos casos, as forçam a viver à margem da sociedade.

Margareth Chan, ex-diretora geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), (com adaptações).

O desenho universal, conceito previsto na NBR 9050, busca tratar das especificidades de todas as pessoas da forma mais abrangente possível, tornando o espaço acessível a qualquer um. A arquitetura e a cidade devem ser pensadas, portanto, como espaços que contemplem não apenas a ideia de acessibilidade a pessoas com deficiência, mas também locais receptivos a quaisquer pessoas, independentemente das suas condições físicas ou cognitivas.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Acessibilidade

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) o espaço acessível a todos, de forma que não exista diferença para pessoas com deficiência ou algum tipo de incapacidade;
- b) a ideia de que um projeto que atenda aos princípios do desenho universal não se trata, essencialmente, de um projeto com adaptações; e
- c) a acessibilidade como um conceito que beneficia não apenas o cadeirante.